

## NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

### O PODER ECONÓMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO CABIDO DA SÉ DE BRAGA NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA (SÉCULOS XIII-XVI)

Um projecto de investigação

ANA MARIA S. A. RODRIGUES \*

Tal como o título indica, este projecto, apresentado a concurso no âmbito do Programa PRAXIS XXI (Programa Integrado para as Ciências Sociais e Humanas, Área de História e Arqueologia) e por ele financiado pelo prazo de dois anos (de Maio de 1997 a Maio de 1999), pretende determinar o poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga, nos séculos finais da Idade Média.

#### Temática e cronologia

Esta temática foi escolhida devido ao extraordinário desenvolvimento que tem conhecido, nos meios académicos internacionais, o estudo das origens e da construção do Estado Moderno, e ao relevo que tem sido dado, ultimamente, ao papel da Igreja e dos seus membros neste processo <sup>1</sup>.

Em Portugal, este assunto não tem recebido grande atenção da parte dos medievalistas. Apenas Armando Luís de Carvalho Homem, quer nas suas obras pessoais <sup>2</sup> quer através das dissertações de Mestrado que tem orientado <sup>3</sup>, tem vindo a contribuir para aumentar os nossos conhecimentos sobre

\* Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Ver, nomeadamente, as actas do encontro internacional *État et Église dans la genèse de l'Etat Moderne*, Casa de Velásquez, 1986, e *I canonici al servizio dello Stato in Europa, secoli XIII-XVI*, ed. Hélène Millet, Modena, Ed. Franco Cosimo Panin, 1992.

<sup>2</sup> Nomeadamente, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, I.N.I.C., 1990.

<sup>3</sup> Eugénia Pereira da Mota. *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito» (1480-1483). Caminhos da burocracia régia*, dissertação de Mestrado apresentada à Fa-

o Estado trecentista e quatrocentista e os seus servidores, abordando a história política pelo ângulo social e — podemos acrescentar a partir da análise do ciclo de conferências que recentemente promoveu <sup>4</sup> — abrindo o caminho para outras abordagens de tipo económico, mental, etc.

Alguns estudiosos da Universidade do Porto têm-se debruçado também sobre os membros de outra «sociedade política», os magistrados do poder local <sup>5</sup>, enquanto que os da Universidade Nova de Lisboa têm privilegiado a análise dos poderes senhoriais laicos <sup>6</sup>. Apenas as «sociedades eclesiásticas» não têm sido objecto de tais abordagens, apesar das obras de José Manuel Nieto Soria sobre o episcopado castelhano <sup>7</sup> terem demonstrado a sua operacionalidade.

Daí, a pertinência que nos pareceu ter o lançamento de um projecto neste âmbito, embora com as adaptações necessárias ao estado de desenvolvimento historiográfico português. Com efeito, faltando monografias — recentes, e elaboradas segundo métodos científicos reconhecidos pela comunidade académica — sobre a maior parte das igrejas paroquiais, colegiadas,

---

culdade de Letras da Universidade do Porto em 1989; Judite Gonçalves de Freitas, *A Burocracia do «Eloquente» (1433-1438): Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia, 1996; Vasco Rodrigo dos Santos Machado Vaz, *A Boa Memória do Monarca - Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1385-1433)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995; Ana Paula Pereira Godinho de Almeida, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1462*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996; Armando Paulo Carvalho Borlido, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1463*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996.

<sup>4</sup> *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*, ciclo de conferências promovido pela Universidade Autónoma de Lisboa no 10º aniversário da sua fundação, cujas actas se publicarão em livro.

<sup>5</sup> Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, I.N.I.C., 1990; Adelaide Millan da Costa, «Vereação» e «Vereadores», *O governo do Porto em finais do século XV*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1989 e Isabel Botelho Cardoso, *Concelho e senhorio. O Porto (1385-1433)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993.

<sup>6</sup> Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. (A casa de Bragança 1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, 1990. João Silva de Sousa, *A casa senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991. Bernardo Vasconcelos de Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1995.

<sup>7</sup> Em particular *Iglesia y poder real en Castilla. El episcopado. 1250-1350*, Madrid, Universidad Complutense, 1988, e *Iglesia y genesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*, Madrid, Editorial Complutense, 1993.

sés e dioceses do País <sup>8</sup>, qualquer tentativa de síntese sobre as relações entre a monarquia portuguesa e o episcopado, ou a monarquia e o clero secular no seu conjunto, seria prematura.

Assim, pareceu-nos mais adequado escolher como objecto de estudo uma instituição para a qual a pré-existência de alguns trabalhos de grande qualidade, aliada à conhecida abundância e variedade das fontes disponíveis, garantiam a obtenção de resultados significativos num prazo não muito longo: o Cabido da Sé de Braga.

A cronologia (séculos XIII a XVI) foi estabelecida tendo em conta a problemática a que pretendemos dar resposta, ou seja, o papel do cabido bracaraense no processo de construção do Estado Moderno em Portugal, processo esse em que as centúrias de Duzentos e Quinhentos constituem efectivamente charneiras. Se podemos, contudo, fazer a economia da «narrativa das origens», tal é devido à existência de alguns trabalhos anteriores, e de outros em curso, sobre os primeiros tempos da vida desta instituição.

Com efeito, em finais dos anos cinquenta, Avelino de Jesus da Costa revelou as condições de restauração da diocese de Braga e de constituição do respectivo cabido no tempo do bispo D. Pedro <sup>9</sup>. Nos nossos dias, Luís Carlos Amaral tem vindo igualmente a analisar a documentação da sé bracaraense no âmbito da sua dissertação de doutoramento. No termo deste trabalho, que se espera para breve, ficarão esclarecidas, entre outras coisas, as modalidades e as etapas de formação e gestão do património capitular nos séculos XI e XII <sup>10</sup>. Também Maria Teresa Nobre Veloso e Maria Alegria Fernandes Marques se ocuparam da constituição do domínio da sé de Braga em terras de Chaves na Idade Média <sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Com excepção do caso de Braga, a que nos referiremos mais tarde, apenas podemos citar os trabalhos de Manuel Gonçalves da Costa, *História do Bispado de Lamego*, vols. 1 e 2 (para a época medieval), Lamego, 1977-1980; Ana Maria S. A. Rodrigues, *La Collégiale de S. Pedro de Torres Vedras. Étude économique et sociale (fin du XIII.<sup>e</sup>-fin du XV.<sup>e</sup> siècle)*, tese de «3.<sup>e</sup> cycle» apresentada à Universidade de Paris IV - Sorbonne em 1981; Maria de Fátima Botão, *Uma instituição medieval de prestígio: a colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, dissertação de Mestrado apresentada à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa em 1996; António Seixas Nery, *O cabido de Viseu nos inícios da Idade Moderna, Senhorio e rendas*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996.

<sup>9</sup> *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, 1957.

<sup>10</sup> Os tempos de D. Pedro e de S. Geraldo foram já por ele analisados em «O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 513-550.

<sup>11</sup> Assim se intitula o artigo que conjuntamente publicaram na revista *Theologica*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 28, 2, 1993, pp. 353-374.

Mas mesmo para o período que escolhemos, existem obras anteriores ou em curso significativas. A vida do cabido em grande parte do século XV, por exemplo, foi magistralmente estudada por José Marques <sup>12</sup>, ainda que não na perspectiva que pretendemos utilizar. Tal permitirá, sem dúvida, o requestionamento das fontes e o estabelecimento de frutuótos debates. Quanto à tese que Maria Cristina Cunha se encontra a elaborar sobre os notários arquiépiscopais bracarenses nos séculos XI a XIII, ela permitir-nos-á conhecer melhor esta esfera de actuação dos capitulares no referido período <sup>13</sup>.

### Composição e funcionamento da equipa

Sendo, obviamente, o estudo do Cabido da Sé de Braga ao longo de três séculos, um tema demasiado vasto para poder ser abarcado por um só investigador, foi organizado um plano de trabalho em etapas e constituída uma equipa em que os quinze membros *juniores*, alunos do Mestrado em História e Cultura Medievais da Universidade do Minho, foram, ou estão a ser neste momento, formados por membros *seniores* <sup>14</sup> e por outros docentes do referido Curso.

Tal formação passa pela aquisição de competências científicas e técnicas necessárias a qualquer investigador do período medievo — no domínio da História Social, Económica e Institucional, da Paleografia e Diplomática, da Crítica Textual, da Informática na óptica do utilizador — mas também pela sua aplicação imediata, em trabalhos práticos supervisionados pelos docentes, à documentação do Cabido guardada no Arquivo Distrital de Braga.

Assim, no final do período de formação (o 1º ano curricular do curso), os mestrandos estarão não só habilitados à investigação em História Medieval como terão já reunido um considerável *corpus* de documentos relevantes para a temática das suas respectivas dissertações. Terão, igualmente, criado hábitos de trabalho em equipa, através da troca de ideias promovida nas aulas teóricas, do intercâmbio das transcrições dos documentos e das bases de dados realizadas a partir deles nas aulas práticas, e ainda da partilha da bibliografia e do equipamento postos à disposição dos membros do projecto (leitor e reproduzidor de microfímes, computadores, «scanner», fotocopiadora, etc.).

<sup>12</sup> Na sua obra *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

<sup>13</sup> Alguns aspectos foram já aflorados no seu artigo «Tabeliães no século XIII», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, pp. 249-265.

<sup>14</sup> Eu mesma e o Dr. Nuno Pizarro Pinto Dias.

### Métodos de trabalho e objectivos

O plano de trabalho foi estabelecido segundo quatro linhas de acção principais, separadas e subdivididas por necessidades práticas ligadas ao âmbito forçosamente restrito das actuais dissertações do Mestrado. Contudo, a interconexão entre elas está em permanência na mente dos membros da equipa, e para além dos encontros espontâneos que se realizam entre eles, sempre que necessário, para troca de impressões e intercâmbio de dados, serão promovidas reuniões formais periódicas de todos para centralização, articulação e integração dos conhecimentos entretanto adquiridos, nessa óptica de globalidade.

A primeira linha de acção diz respeito à estrutura, composição, funções e projecção social e política da comunidade capitular bracarense. Actualmente, quatro mestrandos encontram-se a estudar estes temas para o período compreendido entre 1287 e 1418<sup>15</sup>, e dois outros iniciarão em breve esse trabalho, quer para o restante século XIII quer para o final do século XV e início de Quinhentos<sup>16</sup>, usando um ou vários episcopados como quadro cronológico de referência<sup>17</sup>.

No que toca ao período referente ao episcopado de D. Fernando da Guerra, a organização e acções do cabido foram suficientemente esclarecidas pela obra de José Marques, o que torna desnecessário o lançamento de uma dissertação específica sobre o assunto; resta, contudo, fazer a prosopografia dos cônegos, tarefa que será realizada pelos membros seniores da equipa.

O método de trabalho utilizado consiste na recolha sistemática de todas as informações respeitantes à comunidade capitular bracarense no seu conjunto, e ainda aos seus membros e servidores, em todo o tipo de fontes: quer nas inéditas, guardadas nos Arquivos Distrital e Municipal de Braga e na Torre do Tombo, quer nas publicadas (Crónicas, Chancelarias, colecções como a *Portugaliae Monumenta Vaticana*, *Chartularium Universitatis Portucalensis*, etc.).

<sup>15</sup> Maria Justiniana Maciel Lima, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis e o seu relacionamento com outras instituições*; João Carlos Taveira Ribeiro, *A instituição capitular bracarense no século XIV (1325-1374)*; Vanda Paula Esteves de Carvalho, *O Cabido de Braga: solidariedade e conflitos (1374-1397)*; Virgínia de Jesus de Oliveira Sarmiento, *O Cabido de Braga de 1397 a 1418*.

<sup>16</sup> Maria Antonieta Moreira da Costa, *O cabido bracarense na centúria de Duzentos*; Anabela Pereira Fernandes Bastos, *A comunidade capitular bracarense na viragem de Quatrocentos para Quinhentos*.

<sup>17</sup> Visto que era difícil estabelecer uma cronologia própria ao cabido sem ter iniciado o seu estudo; no final deste projecto, esperamos, contudo, poder delinear uma periodização mais adequada da vida da comunidade capitular bracarense.



A documentação pontifícia inédita será objecto de uma missão específica ao Arquivo Secreto Vaticano, que só o financiamento do projecto tornou possível programar a curto prazo. Quanto às fontes provenientes de outras instituições religiosas ou clericais que mantiveram relações com o cabido ou algum cônego de Braga, elas apenas serão compulsadas em função de informações prévias, fornecidas por colegas ou pela própria documentação <sup>18</sup>.

Os dados recolhidos através de todas estas pesquisas permitir-nos-ão traçar, de inícios de Duzentos a inícios de Quinhentos, a evolução da estrutura e composição do cabido e do seu corpo de servidores, ou seja: dignidades (deão, chantre, arcediagos, mestre-escola...), simples cônegos, porcionários, auxiliares do culto (capelães, meninos do coro, músicos...), oficiais ligados à gestão económica (mordomos, vedores, porteiros, pregoeiros...); e ainda traçar a evolução das respectivas funções.

Poderemos, assim, acompanhar o avolumar da importância de alguns dignatários e o relativo apagamento de outros; o crescimento da acumulação de cargos e do absentismo entre os cônegos e, em paralelo, o engrossar das fileiras dos auxiliares, seus substitutos; a multiplicação de agentes económicos à medida em que se complexificam as tarefas ligadas à gestão do património, etc.

Ocupar-nos-emos, também, das actividades comuns aos membros do cabido: em primeiro lugar, a oração colectiva, corporizada nas horas canónicas, na missa capitular e nos ofícios dos defuntos. A tal ponto estes últimos se tornaram importantes, aliás, em particular pelos proventos que geravam, que deram lugar a uma abundante documentação própria que irá ser analisada por três outras mestrandas na 2ª linha de acção do projecto.

Uma delas encontra-se, neste momento, a estudar *A morte dos eclesiásticos bracarenses (séculos XII a XV)* a partir dos testamentos, das descrições das aberturas dos respectivos túmulos feitas ao longo dos séculos e dos resultados das escavações realizadas desde há algum tempo no interior da sé <sup>19</sup>. As outras duas irão em breve debruçar-se, por um lado, sobre os sete *Livros de Aniversários*, redigidos no século XIV, que carecem de ser comparados entre si e com os instrumentos de fundação para avaliar precisamente a extensão dos referidos ofícios; por outro, sobre o *Livro das Sentenças das Capelas*, iniciado também em finais de Trezentos mas estendendo-se até 1414, que servirá de ponto de partida para recensear as capelas instituídas na catedral até essa data <sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Por exemplo, faremos buscas nos cartórios dos mosteiros patrocinados por famílias que forneceram alguma dignidade ou cônego à sé bracarense, nos das catedrais em que residiram clérigos que depois se transferiram para Braga, etc.

<sup>19</sup> Trata-se de Elisa Maria Domingues da Costa Carvalho.

<sup>20</sup> Alexandra Margarida de Oliveira Soares, *Os aniversários da catedral bra-*

Outras actividades do cabido a trazer à luz serão: o auxílio prestado ao arcebispo no governo da arquidiocese e a assunção desse governo durante as vacâncias; a cura das almas nas igrejas dependentes, assegurada através de vigários nomeados pelos capitulares <sup>21</sup>; o ensino na escola catedralícia; a assistência prestada através de instituições de fundação própria ou alheia; e, por fim, a gestão económica da instituição.

Passando do estudo do cabido no seu conjunto ao dos seus membros individuais, procuraremos esclarecer como se efectuava a repartição dos rendimentos entre os diferentes capitulares (as prebendas e meias prebendas, as distribuições extraordinárias, os salários, etc.).

Por fim, as notícias biográficas dos cônegos e os respectivos catálogos prosopográficos, elaborados por selecção de dados em função de um interrogatório adaptado ao caso português a partir das experiências realizadas noutros países <sup>22</sup>, permitir-nos-ão dar a conhecer, num horizonte de três séculos, as origens geográficas e sociais destes, a sua formação inicial e os estudos seguidos, os patrimónios herdados e/ou adquiridos, as clientelas constituídas, as funções desempenhadas (na Universidade, ao serviço da Igreja, do Estado), etc.

Estabelecendo correlações entre estas variáveis compreender-se-ão melhor os seus percursos e carreiras individuais. Mas também será possível — esperamos — explicar melhor as solidariedades e oposições que se estabeleciam no seio do Cabido, quando era necessário tomar uma posição colectiva perante o arcebispo, o Papa, as elites laicas locais, os agentes do rei ou o próprio monarca.

A terceira linha de acção deste projecto consiste na análise das formas e etapas de constituição e defesa do património capitular. Trata-se de uma

---

*carensis* no século XIV; Isabel Cristina Martins Peres Gonçalves, *As capelas da sé de Braga no século XV*.

<sup>21</sup> Daí, a importância de esclarecer as questões do padroado, que já foram afloradas por Maria Alegria Fernandes Marques, «Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do século XIII)», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, pp. 359-387.

<sup>22</sup> Nomeadamente em França por Hélène Millet (*Les chanoines du chapitre cathédral de Laon 1272-1412*, Rome, École Française de Rome, 1982; «Notice biographique et enquête prosopographique», *Mélanges de l'Ecole Française de Rome, Moyen Age - Temps Modernes*, t. 100, 1988, pp. 87-111; «L'élaboration de fastes pour l'Eglise de France: l'exemple d'Amiens», *Le clergé séculier au Moyen Age*. Actes du XXII<sup>e</sup> Congrès de la Société des Historiens Médiévalistes de l'Enseignement Supérieur, Paris, Publ. de la Sorbonne, 1993, pp. 151-177) e na Bélgica por Jacques Pycke (*Le chapitre cathédral de Notre-Dame de Tournai de la fin du XI<sup>e</sup> à la fin du XIII<sup>e</sup>*, Louvain-la-Neuve, 1986; *Répertoire biographique des chanoines de Notre-Dame-de-Tournai*, Louvain-la-Neuve / Bruxelles, 1988).

temática que tem sido abundantemente tratada em Portugal nos últimos anos, embora não tanto em relação às instituições do clero secular <sup>23</sup> como no que diz respeito às casas religiosas <sup>24</sup>, pelo que as cronologias, as problemáticas e os métodos de trabalho se encontram suficientemente discutidos e estabelecidos.

Duas mestrandas ocupam-se, actualmente, da aquisição de bens, rendas e direitos pelo Cabido e da sua defesa perante as investidas dos poderosos ou as negligências dos foreiros, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos <sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Quanto a estas, apenas podemos apontar as obras de Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Botão citadas na nota 8 e ainda Manuela Santos Silva, «A formação de um património eclesiástico: o da igreja de Santa Maria de Óbidos», *A região de Óbidos na época medieval*, Estudos, s. l., 1994, pp. 183-198; Manuel Sílvia Alves Conde, «Sobre o património da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV», sep. *Arquipélago*, Série História, Ponta Delgada, 1995.

<sup>24</sup> Ver, nomeadamente, Maria Helena da Cruz Coelho, *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Coimbra, 1977; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989; Saul António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990; Joel Silva Ferreira Mata, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas - séculos XIII a XV*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991; Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992; Sérgio Lira, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira (dos primórdios a 1300)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993; Maria do Rosário Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira: um domínio monástico no Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993; Júlia Isabel C. C. Alves de Castro, *O Mosteiro de S. Domingos de Donas de Vila Nova de Gaia 1345-1513*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993; Luís Carlos Amaral, *S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Cosmos, 1994; José Manuel Varandas, *Monacato feminino e domínio rural: o património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*, P. A. P. C. C. apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1994; Arnaldo Rui A. de Sousa Melo, *O Couto de Santo Tirso (1432-1516). Espaço e economia*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995; Maria Filomena Pimentel de Andrade, *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996.

<sup>25</sup> Ana Andrade de Abreu Soeiro de Barros, *A aquisição de bens pelo Cabido da Sé de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos*; Alexandra Maria Monteiro Nogueira, *A formação do património do Cabido da Sé de Braga no século XV*.



Uma terceira deverá começar a fazê-lo em breve para a de Duzentos <sup>26</sup>. Obviamente, as alunas que se dedicam à elaboração de dissertações sobre a instituição de aniversários e capelas também darão um importante contributo para este ponto.

Assim, doações, testamentos, cartas de compra e venda, escambos, composições e sentenças serão submetidos a interrogatórios padronizados, tendentes a determinar qual a natureza dos actos; quem são os seus intervenientes, a que categoria socio-profissional pertencem, a que motivações obedecem; quais os bens transaccionados, como são compostos, onde se situam, etc.

A informatização de tais dados e o seu tratamento estatístico permitirá determinar que indivíduos e categorias sociais foram mais generosos para com o Cabido da Sé de Braga ao longo dos séculos; como se alteraram as formas de exprimir essa generosidade, em função da evolução sofrida pela visão do Além e dos obstáculos que os soberanos foram pondo à acumulação de bens pela Igreja; que tipo de bens, direitos ou rendas foram preferencialmente doados; qual a sua implantação geográfica; quando e porquê se realizaram mais usurpações, abandonos, destruições; quais as medidas tomadas pelo cabido para os evitar ou remediar, etc.

A comparação com a situação verificada noutras igrejas e mosteiros dar-nos-á indicações sobre a capacidade da comunidade capitular bracarense para atrair as benesses dos soberanos e as doações de particulares num quadro de concorrência com outras instituições, logo, sobre o aumento ou declínio da sua influência e prestígio a nível local, regional e nacional.

Dois tombos permitir-nos-ão ter uma visão de conjunto do património capitular e da sua respectiva gestão — quarta linha de acção deste projecto — em dois momentos precisos da sua história: o de 1369-80 encontra-se já a ser estudado <sup>27</sup>, e o de 1493 sê-lo-á em breve <sup>28</sup>. O interrogatório a que eles são submetidos diz respeito, tal como no caso anterior, à natureza dos bens e direitos pertencentes à comunidade capitular bracarense; sua composição e localização; formas de exploração a que estão submetidos; rendas e censos cobrados, etc.

Será, assim, possível determinar, para finais de Quatrocentos e de Quinhentos, a dimensão do senhorio dos cônegos, como estava organizado, que jurisdição permitia exercer, que tributos e serviços autorizava a cobrar. E, ainda, evidenciar a extensão espacial do respectivo domínio fundiário (maio-

<sup>26</sup> A mesma que irá estudar a composição e funções do cabido no mesmo período, Maria Antonieta Moreira da Costa.

<sup>27</sup> Por Cristina Maria Peixoto de Carvalho, *A propriedade do Cabido de Braga no século XIV*.

<sup>28</sup> Por Maria Eduarda Carvalho Pinto, *O património do Cabido da Sé de Braga em finais do século XV*.

ritariamente na área do actual concelho de Braga, mas estendendo-se por toda a arquidiocese, e chegando até Penela e Lisboa) e detalhar a composição dos bens nele incluídos (unidades de exploração do tipo quintas e casais, e seus elementos; terras soltas — leiras, vinhas, soutos...; edifícios urbanos — casas, pardieiros, tendas; equipamentos transformadores — moinhos, fornos...; por fim, igrejas).

Será, ainda, possível revelar a forma directa ou (com mais frequência) indirecta como esses bens eram explorados (por contratos de aforamento perpétuo, os casais; de emprazamentos em vidas, as casas; de arrendamento por anos, as igrejas). A quem eram entregues (camponeses, os casais; intermediários nobres ou burgueses, os coutos, quintas e igrejas; mercadores e mesteiros as casas). Que rendas geravam (se em dinheiro ou em géneros, e neste caso, se fixas ou proporcionais às colheitas).

Obviamente, os dados provenientes do estudo dos tombos dos bens serão comparados entre si e com os obtidos pela análise diacrónica da formação do património capitular. Comparações serão ainda feitas, no que toca às rendas, com os resultados do questionamento dos intitulados *Tombos das Rendas* (na verdade, livros de prebendeiros) existentes para 1393-94 e 1403-04, que ocupará no futuro próximo mais uma mestranda<sup>29</sup>. Estes, de estrutura mais simples do que os Tombos de Propriedades — no quadro de cada freguesia, apenas averbam o nome dos bens do cabido e as rendas que sobre eles impendiam — têm sobre aqueles a vantagem de registar se essas rendas foram ou não efectivamente cobradas nos anos em questão.

Tudo isto permitirá constatar se a economia global, por um lado, e a situação financeira do Cabido, por outro, sofreram melhorias ou agravamentos entre finais de Quatrocentos e finais de Quinhentos (aumento ou redução das rendas, maior ou menor frequência de falta de pagamento, abandono de casas e explorações agrícolas, referência a ruínas, etc.).

Um último mestrando ocupa-se dos *Livros dos Prazos* referentes às últimas décadas de Quatrocentos e primeiras de Quinhentos<sup>30</sup>. O interrogatório a que estão a ser submetidos permitirá determinar, para o período compreendido entre 1465 e 1515, a quem o cabido entregava os seus bens para explorar, através de que tipo de contratos, cobrando que espécie de rendas, etc. Trata-se de acompanhar, mês a mês, ano a ano, a política contratual dos cônegos, de que os Tombos anteriormente referidos dão uma visão global mas estática, limitada a uma só data, e de a confrontar com a de outras instituições da região (nomeadamente, a Câmara Municipal, de que perdu-

---

<sup>29</sup> Maria Celeste Brandão Ferreira, *Os rendimentos do Cabido da Sé de Braga em finais do século XIV*.

<sup>30</sup> José Salgueiro Cerqueira, *A exploração económica das propriedades do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465-1515)*.

ram também vários Livros de Prazos, um dos quais cobrindo o período de 1445 a 1515), de forma a melhor compreender alguns dos motivos do sucesso ou do insucesso dos capitulares na gestão do seu património.

No final do projecto, esperamos, pois, ter, não só identificado os membros da comunidade capitular e esclarecido o relacionamento desta com o arcebispo, o Papa, o rei e a sociedade local, como também trazido à luz do dia os fundamentos materiais da sua existência, revelando assim inteiramente o seu poder social, político e económico.